

AS REGRAS DO JOGO POLÍTICAS CULTURAIS: do mecenato ao neo-liberalismo

Terezinha Elisabeth da Silva*

Resumo

Define e historia política cultural, enfocando a relação cultura e Estado. Apresenta modelos de políticas culturais e exemplifica com situações vivenciadas no Brasil até os nossos dias, questionando o futuro.

1 PONTO DE PARTIDA

A relação cultura e poder envolve domínios por demais abrangentes. É um território sem fronteiras que abarca, teoricamente, todos os aspectos da vida.

Assim, o primeiro obstáculo ao elaborar uma revisão de literatura sobre política cultural, reside na dificuldade de se definir o campo da disciplina. Pode-se entender por política cultural a intervenção dos setores público e privado - principalmente do primeiro - no processo cultural, seja na elaboração, produção, distribuição, seja na recepção dos bens.

Pensando dessa forma, sempre existiram políticas culturais praticadas pelas diferentes sociedades. Na Grécia, por exemplo, o teatro e a reconstrução arquitetônica eram garantidos pelo Estado. Em Roma, o ministro Mecenas patrocinava a produção de obras que cultuassem o imperador Otávio Augusto. (FEIJÓ, 1986) Contudo, após a Revolução Industrial e, principalmente com a superação do Liberalismo Clássico cresce a preocupação do Estado com a cultura.

Primeiro, porque no âmbito da luta operária, e aliada a ela, a cultura passa a ser entendida como fator de transformação social; segundo porque dessa nova circunstância surge a necessidade de legitimação do Estado - por outros instrumentos que não o jurídico - o que vem sendo praticado através de políticas sociais, que no mais das vezes, inscrevem políticas culturais.

A relação cultura e Estado é objeto de um grande número de trabalhos com orientações diversas, impossíveis de serem totalmente recenseados. Grande parte destas reflexões enfoca o caráter geral da relação. Pensá-la no âmbito de diretrizes do Estado para a cultura, reduz a extensão do tema e viabiliza o trabalho de revisão de literatura.

Se por um lado os debates sobre a relação cultura e Estado remontam à antiguidade, o mesmo não se pode dizer da política cultural. É recente a preocupação do Estado com o estabelecimento de diretrizes específicas para a cultura. Característica que não é exclusiva do Brasil.

A tendência de criação de políticas culturais, crescente desde o final da Segunda Guerra, seria fomentada pela UNESCO, a partir dos anos 70. As reuniões promovidas pelo órgão seriam perpassadas pela preocupação comum de tentar definir qual seria o papel do Estado numa política cultural, o que permaneceu obscuro.

* Professora Assistente do Departamento de Biblioteconomia e Documentação da UFPB

Ainda que esse ponto careça de maior exatidão, uma coisa é certa: o Estado terá níveis diferentes de intervenção nos países desenvolvidos e nos países do Terceiro Mundo. A definição e a prática da política cultural dependem da história particular de cada país e do nível de abrangência do poder público na vida da sociedade (MICELI, 1985, p. 11).

Mesmo nos países europeus que guardam alguns traços em comum, veremos políticas culturais sendo exercidas de formas totalmente distintas. Na França, por exemplo, o Estado continua sendo o grande "patrão" e a cultura tem papel decisivo no processo político. Ao contrário da Inglaterra que não vê a cultura "como parte de sua 'missão civilizatória' no mundo" (MICELI, 1985, p. 25).

2 MODELOS DE POLÍTICA CULTURAL

Na intenção de debater sobre os modelos de políticas culturais existentes, e tentar propor alternativas para o Terceiro Mundo, Branko Prnjat, dirá que "a política cultural é o fator que promove o desenvolvimento cultural e as atividades criadoras no âmbito da cultura, harmonizando-as com as relações sociais vigentes" (PRNJAT, 1985, p. 61). O autor passa em revista os modelos de políticas culturais dominantes, com ênfase no modelo tradicional ou burguês, que - com aplicações diferenciadas em cada país - apresenta como característica básica o fato de que "os meios para a produção cultural e espiritual são da propriedade privada ou estão em mãos da burguesia que detem o poder" (PRNJAT, 1985, p. 67). O segundo modelo, o administrativo estatal, caracteriza-se por subordinar totalmente a cultura ao Estado. É ele que centraliza os planos, as responsabilidades, e decide que tipo de cultura deve ser apoiada ou incentivada. Por fim, o autor discorre sobre o modelo autogestionário, alertando que ele "não se apresenta totalmente livre das deficiências da velha sociedade" (PRNJAT, 1985, p. 74). Seria um processo de destruição dos modelos anteriores, mas "pode ser realizado unicamente a partir das novas relações econômico-sociais, da constituição autogestionária da política social, isto é, da nova disposição do poder de participar das decisões políticas" (PRNJAT, 1985, p. 76). Destaca que a política cultural autogestionária tem como premissa um modelo político-econômico nos mesmos moldes.

O argentino Néstor García Canclini mostra os modelos de políticas culturais praticados na América Latina, ressaltando as cinco variações básicas do nacional-popular. A concepção biológico-telúrica prende-se à idéia de "nação como sendo um conjunto de indivíduos unidos por laços naturais [...] e irracionais [...] sem considerar as diferenças sociais entre os membros de cada nação" (GARCIA CANCLINI, 1983, p. 40). Em segundo lugar, o autor apresenta a concepção estatista, isto é, o nacionalismo populista, tendo o Estado como o lugar em que os valores nacionais se condensaram" (GARCIA CANCLINI, 1983, p. 42). Na concepção mercantil, a política cultural se preocupa com a construção de mercados, uniformizando a produção e diluindo as diferenças individuais. A quarta concepção do nacional-popular é a militar, ou o nacionalismo aquartelado, modelo vivido recentemente pelo Brasil, com o exército subordinando o aparelho de Estado; a tendência é suprimir toda participação antiautoritária através da censura e do fechamento de instituições. Finalmente o autor apresenta as bases para uma política nacional da cultura, o que seria a concepção histórico-popular. Este paradigma concebe "a cultura nacional como a identidade que o povo vai forjando no processo histórico de lutas autônomas", e propõe, como estratégia cultural, "o desenvolvimento da consciência crítica na práxis destas lutas" (GARCIA CANCLINI, 1983, p. 48).

Nos textos de Prnjat e Garcia Canclini, a autogestão emerge como alternativa para uma política cultural onde a democracia não seja mera retórica. Contudo, sempre persistirá a questão da necessidade de reestruturação das bases econômicas e políticas que possibilitem a efetivação de uma política cultural desta ordem.

Em vez de autogestão, autonomia, é o que sugerem Marilena Chauí e outros, no trabalho que apresenta idéias para uma política cultural do Partido dos Trabalhadores. Após discorrerem sobre questões de caráter histórico e teórico, sobre os vários usos da cultura, os autores concluem que, dentro da perspectiva democrática e socialista do PT, "certamente o projeto de uma política cultural não se restringirá à defesa do direito de todos terem acesso aos bens culturais (consumí-los, contemplá-los), mas será a luta pelo direito de todos a participarem da cultura como criadores" (CHAUI, 1985, p. 72). Alertam para o risco de se conferir à cultura caráter instrumental ou administrativo, repetindo práticas anteriores. Sua idéia é ultrapassá-las, superá-las, para o que a noção de autonomia da cultura, entendida não como isolamento, dispersão e fragmentação social e política, mas como a diferença articulada das várias esferas da prática social.

Se a autonomia é um trabalho social, político e cultural, não será algo para o futuro, nem será uma auto-regulação espontânea ou técnica da sociedade, da política e da cultura, mas será a realização, os atos concretos de participação para fazer a sociedade, a política e a cultura. E no caso da autonomia cultural, será um trabalho histórico no sentido forte da palavra (CHAUI, 1985, p. 76).

Como ponto em comum, esses três trabalhos apresentam críticas aos modelos de políticas culturais considerados equivocados, elitistas, instrumentais ou massificadores, em seguida, sugerem, dentro das concepções dos autores, o modelo ideal. Ocorre que entre o que é realizado e o que é ideal realizar, existe a dificuldade do como fazer. Assim, os modelos autogestionários e autônomos estariam ainda em nível de projeto intelectual.

Sem sugerir modelos, mas revelando a complexidade do assunto, Martin Cezar Feijó afirma: "Existem, como veremos, políticas culturais e políticas culturais. Não se pode confundir cultura a serviço da política com política a serviço da cultura" (FEIJÓ, 1986, p. 9). O autor alerta para o caráter instrumental das políticas culturais. Sem fazer grandes digressões teóricas, abre para o leitor o universo controvertido da relação cultura e Estado, lembrando que a prática cultural jamais estará separada da política. Feijó revela que a preocupação - inclusive da UNESCO - com a política cultural a partir dos anos 70, está relacionada com o movimento contracultural que obrigou a revisão de inúmeros conceitos. Acrescenta: "O sonho não acabou, mas ele passou para a esfera da política"(FEIJÓ, 1986, p. 74).

3 ANOS 70

A necessidade de debates sobre política cultural fez com que o *Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo* (IDESP) e a *Fundação Nacional de Artes* (FUNARTE), realizassem em 1982, o Seminário Estado e *Cultura no Brasil: anos 70*, resultando numa coletânea de textos onde dois ensaios se completam: *Teoria e Prática da Política Cultural Oficial no Brasil*, de Sérgio Miceli, e *Concepção Oficial da Política Cultural nos Anos 70* de Gabriel Cohn.

Segundo Miceli, para muitos autores, a década de 70 se caracterizou pelo mecenato do Estado, que sustentou "atividades e gêneros artísticos às voltas com o público declinante"(MICELI, 1984, p. 99). Esta tendência "previdenciária" é resultado de fortes pressões de setores em dificuldades. Intervenção que dá a tônica "conservacionista" da política cultural oficial. A ênfase para os trabalhos referentes à conservação do patrimônio histórico e artístico "nacional" gozou de certo consenso no meio cultural. Parcela significativa dos recursos da área cultural era canalizada para as frentes patrimonialistas, ou para elementos às voltas com projetos de preservação, embora fosse grande o conflito entre as vertentes "patrimonial" e "executiva" Ministério da Educação e Cultura.

Para Gabriel Cohn, a tentativa de elaboração de uma política nacional de cultura, teve no início dos anos 70, um objetivo bem definido: "a codificação do controle sobre o processo cultural" (COHN, 1984, p. 88). Controle visto como necessário por um regime que se encontrava em desvantagem nesta área. Para isso, as Diretrizes para uma Política Cultural de 1973, deram à cultura uma ampla caracterização, subordinando-a à segurança e ao desenvolvimento. Em 1976, a Política Nacional de Cultura apresentou os mesmos fundamentos das *Diretrizes*. Reflete a "combinação entre uma concepção essencialista e uma concepção instrumental" somente a "plena realização do homem brasileiro como pessoa", levará ao fortalecimento e a consolidação da "nacionalidade" (COHN, 1984, p. 92). A postura antielitista da Política pretende salvaguardar, dentro do espírito humanista, "o respeito à espontaneidade da criação popular" (COHN, 1984, p. 93).

A preocupação com o patrimônio histórico e artístico define a diretriz básica da Política, cujo objetivo é fazer emergir o "caracteristicamente nosso", triar "traços culturais 'perversos'", e "suprir de conteúdos e significações da 'alma brasileira' as metas de segurança e desenvolvimento" (MICELI, 1984, p. 106). O binômio segurança e desenvolvimento ainda está presente na gestão seguinte (Eduardo Portella). Contudo, há claras resistências à vertente "patrimonial". Nesse período, o "nacional" dá lugar ao "regional" e a valorização do "local". Pontos para a vertente "executiva" do Ministério, que agora privilegia a "cultura da sobrevivência" e da "subsistência" (MICELI, 1984, p. 108-109).

Essas tentativas resultaram de necessidades vitais para o projeto político do Estado autoritário. Foram experiências únicas. Jamais houve qualquer outro esforço no sentido de "delinear os contornos globais de uma política nacional de cultura" (COHN, 1984, p. 94-95).

4 VENTOS DA NOVA REPÚBLICA

Cohn prossegue sua reflexão em outro trabalho que focaliza o período de 1975 a 1985. Segundo o autor, apesar das mudanças ocorridas no cenário político, ainda persistem "certos temas e formulações básicas" (COHN, 1987, p. 7). A gestão Aluisio Pimenta concebe cultura como um potencial de "resistência à dominação hegemônica", à "descolonização". A tônica é lutar contra a degradação da cultura. Com Celso Furtado, tem lugar a noção de cultura como fonte de criatividade, e uma política cultural deve ampliar suas preocupações para as áreas de saúde, educação, habitação e tantas outras. Afirma o autor que neste ponto "o processo de socialização e politização da concepção de cultura atinge o seu ápice" (COHN, 1987, p. 8). Aliás, esta noção ampla vincula-se muito de perto aos enunciados de Furtado sobre a cultura como fator de desenvolvimento econômico. É o potencial simbólico abrindo espaço no mercado. A Lei Sarney, introduzindo o mecenato privado, seria o instrumento básico de modernização da política cultural: pretendia oferecer a "todos" a possibilidade de fazer política cultural. Os momentos são distintos, mas uma constante que atravessa todos eles é a dificuldade de se delimitar o conceito de cultura, que oscila entre o amplo e o restrito. A este respeito o autor conclui: a cultura "não é rebelde aos conceitos, mas à rigidez conceitual; demanda flexibilidade de pensamento e ação" (COHN, 1987, p. 10).

A utilização de conceito demasiado amplo de cultura é também a preocupação de Regina C.S.Lopes que, lembrando a concepção adotada na gestão Celso Furtado, adverte que "tecnicamente o Estado seria incapaz de identificar a necessidade e reivindicação dos segmentos interessados" (LOPES, 1987, p. 27).

Nesse sentido, a multiplicação de órgãos oficiais de cultura pouco colaborou para a resolução dos embates na área; a imprecisão de conceitos ainda permanece. O Ministério da Cultura, cuja criação pretensamente acenava para a solução dos problemas, se revelou um

órgão extremamente contaminado pelos vícios de toda a estrutura governamental do país. A cultura, então, passou a ser a "última aquisição dos políticos" (LOPES, 1937, p. 28).

Diante da ingerência do órgão, aqueles que antes lutaram por sua criação, agora se perguntam: "Para que um Ministério da Cultura?" No ano anterior à criação, José Mindlin alertava: "Fala-se muito em Ministério da Cultura. Não creio que seja uma prioridade. Para mim, o Ministério deve ser um resultado do desenvolvimento da cultura, e não o desenvolvimento ser um resultado da existência do Ministério" (ENCONTRO, 1985, p. 30).

Pensar que o MinC resolveria de vez os impasses do campo cultural foi um grande e ingênuo equívoco. O papel do Estado na cultura jamais foi definido em seus termos ideais. Enorme tempo seria consumido na estruturação burocrática do Ministério. E sem que tivesse sido delineada uma política cultural, o órgão foi extinto.

O debate perdia fôlego devido até ao esvaziamento das ações do Ministério. Mas, no final da década de 80, ainda se insistia na necessidade de "reformulação teórica no estudo da política cultural" (CASTRO, 1989, p. 32). Seria essencial repensar a relação Estado e cultura, e uma política cultural verdadeira passaria pela superação das concepções oficiais até então praticadas. Isto só seria possível com o fortalecimento das organizações da sociedade civil e o enfraquecimento do Estado, que deixaria de ser o centro da vida da sociedade.

Vimos as noções de cultura e de política cultural oscilarem sempre entre conceitos muito amplos e muito restritos. De um lado, uma abrangência que inviabiliza qualquer ação; de outro, uma visão extremamente setorializada que não se articula com os demais processos sociais.

Anamaria Fadul preocupa-se com a exclusão da educação e, principalmente da comunicação, dos debates sobre política cultural. A seu ver, não é possível negar a contribuição dos meios de comunicação para o processo cultural brasileiro. Na década de 80, a aproximação um tanto "perigosa" de intelectuais e políticos redundaria nas mesmas discussões equivocadas dos anos 70. Os meios de comunicação de massa continuaram sendo vistos apenas como instrumentos manipuladores de consciências.

A superação de políticas culturais autoritárias resultantes de uma visão de classe só é possível a partir do momento que se introduzir no discurso sobre cultura a dimensão da fantasia, do lúdico e da gratuidade. Ideologizar todos os discursos, até mesmo aquele do lazer, significa reduzir o homem a uma única dimensão. (FADUL, 1985, p. 208) (grifos meus)

A excessiva ideologização e politização da cultura reduzem-na a um aspecto unívoco. Sem dúvida, ela "é uma prática social, a mais abrangente de todas elas, e aquela que atravessa todas as demais" (COHN, 1987, p. 10). Mas quem se recusa a encarar o caráter multifacetado da cultura e submetê-la unicamente a planos e políticas, "faz má cultura e má política: má cultura porque a subordina à lógica do jogo do poder, e má política porque não se dá conta de que o processo cultural a atravessa de ponta a ponta".

5 AGORA...

Além da frustração e do conseqüente desgaste provocado pelo desencanto com o MinC, o final dos anos 80 apresentou um fato crucial para a cultura no Brasil. A eleição de Collor para a presidência da República representou perdas irrecuperáveis para todos os setores do país. No âmbito cultural, seu governo tentou implantar um sistema "moderno" de mecenato cultural. Não poderia dar certo. Também não deram certo os Secretários de Cultura do período. Resultado: uma administração desastrosa e caricatural.

Intelectual e artistas se mobilizaram contra o desmonte de vários órgãos oficiais de cultura – EMBRAFILME, IBAC, FUNARTE. Já prevendo o desfecho da política cultural de Collor, em certo momento artistas foram para as ruas ostentando a frase "Dias piores

virão”, uma alusão ao recente filme “Dias melhores virão” de Cacá Diegues.

Num outro extremo, o PT venceu a eleição para a Prefeitura de São Paulo em 1989. Com isso, aquele projeto de política cultural elaborado em 1985 por intelectuais do Partido (ver CHAUI, 1985), pôde ser colocado em prática, tendo sido escolhida a própria Marilena Chauí para Secretária de Cultura.

Logicamente, existem várias outras experiências de políticas culturais inovadoras e democratizantes, mas a da Prefeitura de São Paulo é relevante pela complexidade política e cultural daquela cidade.

No final da administração, em 1992, a Secretaria publica uma prestação de contas, que expõe os avanços e percalços da trajetória. Além de ter um caráter inédito, o documento é bastante rico, pois não restringe seu relato a dados quantitativos. O texto faz discussão teórica sobre política cultural e a função do governo na área.

O que se pode esperar da prática de políticas culturais no Brasil? Tivemos várias vertentes, formas diversas de tratamento da cultura pelos governos, na sua maioria, práticas autoritárias. Mas pôde-se vislumbrar algumas ilhas de tentativas democrática.

Dias melhores virão?

THE RULES OF THE GAME CULTURAL POLICIES: from maecenas to neo-liberalism

Abstract

In this article we define the historical development of cultural policy with special emphasis on the relation between culture and the State. We present models of cultural policy and exemplify our argument with concrete situations taken from the Brazilian context for their relevance for the future.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASTRO, Luiz Felipe Meira. O estado atual da política cultural no Brasil: uma agenda de debates. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 21-35, jan. 1989.

CHAUI, Marilena et al. **Política cultural**. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985. 78 p.

COHN, Gabriel. A concepção oficial da política cultural nos anos 70. In: MICELI, Sérgio (org.). **Estado e cultura no Brasil: anos 70**. São Paulo: Difel, 1984. 240 p.

_____. Concepção oficial de cultura e processo cultural. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 22, p. 7-10, 1987.

ENCONTRO NACIONAL DE POLÍTICA CULTURAL, 1., 1984, Ouro Preto/Belo Horizonte. **Anais..** Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura/Imprensa Oficial, 1985. 415p.

FADUL, Anamaria. Políticas culturais e processo político brasileiro. In: MELO, José Marques de (org.). **Comunicação e transição democrática**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985. p. 180-209

FEIJÓ, Martin Cezar. **O que é política cultural**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986. 79 p.

GARCÍA CANCLINI, Néstor. Políticas culturais na América Latina. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 39- 51, jul. 1983.

MICELI, Sérgio. Teoria e prática da política cultural oficial no Brasil. In:_____.(org) **Estado e cultura no Brasil: anos 70**. São Paulo: Difel, 1984. 240 p.

_____. As tradições do mecenato europeu nos campos das artes cênicas, da música e da rádio-televisão. In:_____, GOUVEIA, Maria Alice. **Política cultural comparada**. Rio de Janeiro: FUNARTE/IDESPAFINEP, 1985. p.11-33

LOPES, Regina Clara S. A propósito de política cultural. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 22, p. 26-29, 1987.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Cultura. Cidadania cultural em ação: 1989-1992. São Paulo, 1992.

PRNJAT, Branko. Modelos de política cultural: em busca da identidade cultural dos países do Terceiro Mundo. **Socialismo e Democracia**, São Paulo, v. 2, n. 8, p. 61- 80, out./dez. 1985.